



SÍNTESE INE@COVID-19

05 . agosto . 2020

O INE disponibiliza o 18.º reporte semanal para acompanhamento do impacto social e económico da pandemia COVID-19, que apresenta, de forma sintética, alguns dos resultados estatísticos mais relevantes sobre esta matéria divulgados nos últimos dias.

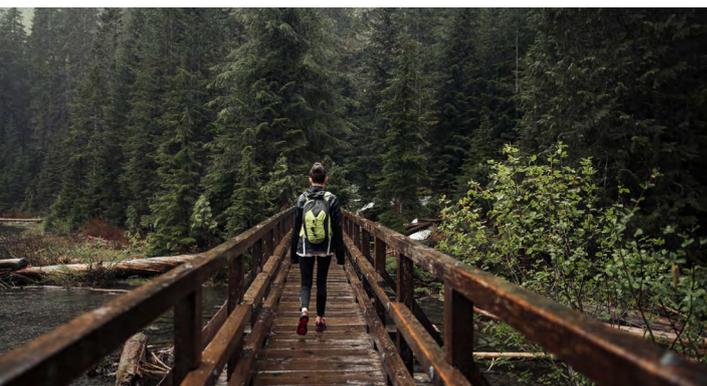
O presente reporte versa sobre os destaques relativos a:

- Procura Turística dos Residentes – 1.º trimestre 2020, publicado em 27 de julho;
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação – junho 2020, publicado em 28 de julho;
- Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego – junho 2020, publicado em 29 de julho;
- Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas - COVID-19 – 1.ª quinzena de julho 2020, publicado em 29 de julho;
- Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – julho 2020, publicado em 30 de julho;
- Índice de Produção Industrial – junho de 2020, publicado em 30 de julho;
- Índice de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – junho 2020, publicado em 30 de julho;
- Contas Nacionais Trimestrais – 2.º trimestre 2020, estimativa rápida a 30 dias, publicado em 31 de julho;
- Perspetivas de Exportação de Bens – 2020, 2.ª previsão, publicado em 31 de julho;
- Estimativa Rápida do IPC/IHPC – julho 2020, publicado em 31 de julho;
- Inquérito à Identificação das Necessidades de Qualificações nas Empresas – 2020, publicado em 31 de julho.

Para maior detalhe, consulte os *links*, para informação relacionada, disponíveis ao longo do destaque.

Viagens turísticas de residentes diminuíram 20,0% no 1.º trimestre de 2020

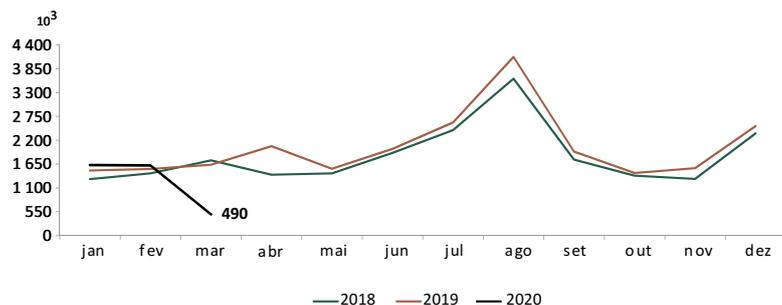
No 1.º trimestre de 2020, os residentes em Portugal realizaram 3,7 milhões de viagens, o que correspondeu a um decréscimo de 20,0% em termos homólogos (+9,3% no 4.º trimestre de 2019). Esta redução decorre de um decréscimo de 70% em março (mês no qual foi declarado o Estado de Emergência por força da pandemia COVID-19), já que em janeiro e fevereiro as deslocações aumentaram 8,4% e 5,2%, respetivamente.



No 1.º trimestre de 2020, 88,1% das deslocações de residentes corresponderam a viagens em território nacional (3,3 milhões), que diminuíram 19,6% face ao trimestre homólogo (variações de +8,9% em janeiro, +3,6% em fevereiro e -68,2% em março).

No mesmo período, as viagens turísticas de residentes com destino ao estrangeiro (444,2 mil e 11,9% do total) registaram uma redução de 22,9%, também devido à forte diminuição no mês de março (81,9%), que contrariou os aumentos observados em janeiro (+5,3%) e fevereiro (+18,3%).

Viagens turísticas dos residentes



As viagens realizadas pelos residentes no 1.º trimestre de 2020 tiveram como principais motivos os seguintes:

- “Lazer, recreio ou férias”: 1,52 milhões de viagens (40,8% do total e -14,6% que no trimestre homólogo);
- “Visita a familiares ou amigos”: 1,47 milhões de viagens (39,3% do total e -29,1%, o maior decréscimo homólogo registado);
- “Profissionais ou de negócios”: 472,4 mil (12,6% do total e -24,6% em termos homólogos).

No 1.º trimestre de 2020, registou-se uma média de 4,68 dormidas nas viagens de cada turista residente, o que representa um acréscimo de 19,7% (3,91 noites no 1.º trimestre de 2019). Registe-se, porém, que este crescimento decorre de um aumento muito significativo do número de noites passadas fora do ambiente habitual pelos turistas no mês de março: 9,2 noites (3,96 em fevereiro e 3,86 em janeiro).

Os “hotéis e similares” concentraram 21,2% das dormidas resultantes das viagens turísticas no 1.º trimestre de 2020, registando uma perda na sua representatividade (-3,7 p.p.). O “alojamento particular gratuito” foi o único tipo de alojamento que verificou um aumento na representatividade (+5,5 p.p., peso de 73,9% do total).

Mais informação:

[Procura Turística dos Residentes – 1.º trimestre 2020](#)
(27 de julho)



Avaliação bancária em junho subiu para 1 115 euros por metro quadrado

Em junho de 2020, o valor mediano de avaliação bancária realizada no âmbito de pedidos de crédito para a aquisição de habitação foi 1 115 euros/m² (mais 1 euro que o observado em maio), o que representa um aumento de 8,3% em termos homólogos (+8,9% em maio).

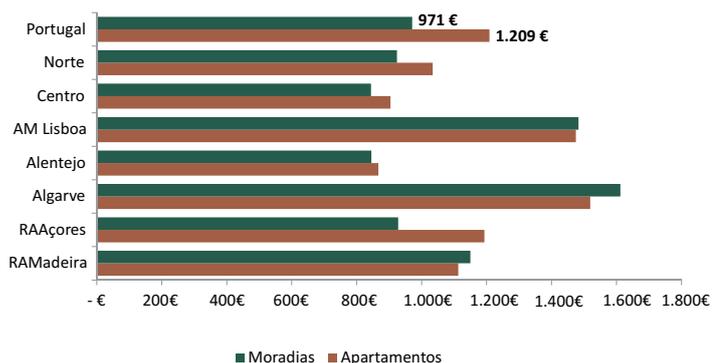
Refira-se que neste mês de junho o número de avaliações reportado (cerca de 16 mil), que está subjacente aos resultados apresentados, diminuiu 27,5% face ao mesmo mês do ano anterior (tinha sido cerca de 19 mil em maio de 2020).

A nível regional (NUTS II), em junho de 2020:

- Face ao mês anterior:
 - O Alentejo registou a maior subida: 3,9%;
 - A Área Metropolitana de Lisboa teve a única descida: -0,5%.
- Em termos homólogos:
 - A Região Autónoma dos Açores registou a variação mais elevada: 12,9%;
 - O Alentejo registou a variação mais baixa: 5,8%.

A análise por tipo de habitação revela que, em maio, o valor mediano de avaliação bancária foi 1 209 euros/m² para apartamentos e 971 euros/m² para moradias, o que representa aumentos de 8,4% e 9,7%, respetivamente, face a junho de 2019.

Valor Mediano de Avaliação Bancária dos Apartamentos e das Moradias - junho 2020 (euros/m²)



Ainda relativamente ao valor mediano de avaliação bancária, mas face ao mês anterior:

- Apartamentos, por tipologia:
 - T2 desceu 1 euro, para 1 233 euros/m²;
 - T3 desceu 3 euros, para 1 091 euros/m².

No seu conjunto, estas duas tipologias representaram 81,3% das avaliações de apartamentos realizadas em junho.

- Moradias, por tipologia:
 - T2 diminuiu 31 euros, para 782 euros/m²;
 - T3 aumentou 6 euros, 855 euros/m²;
 - T4 aumentou 35 euros, para 996 euros/m².

No seu conjunto, estas três tipologias representaram 56,3% das avaliações de moradias.



O Índice do valor mediano de avaliação bancária em junho mostra ainda que, a nível de regiões NUTS III:

- Apresentaram valores de avaliação superiores à mediana do país:
 - Área Metropolitana de Lisboa: +38%;
 - Algarve: +32%;
 - Alentejo Litoral: +2%;
 - Área Metropolitana de Lisboa: +1%;
 - Região Autónoma da Madeira: +1%.
- A região das Terras de Trás-os-Montes foi a que apresentou os valores mais baixos: -44% que a mediana do país.



Mais informação:

[Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação – junho 2020](#)
(28 de julho)

Em maio, a população empregada diminuiu 2,0%, a taxa de desemprego diminuiu 0,4 pontos percentuais (p.p) e a taxa de subutilização do trabalho aumentou 1,2 p.p.

As estimativas mensais apresentadas correspondem a trimestres móveis, cujo mês de referência é o mês central de cada um desses trimestres. Assim, as estimativas definitivas para maio de 2020 compreendem os meses de abril, maio e junho, enquanto as estimativas provisórias para junho de 2020 incluem os meses de maio, junho e julho.

A taxa de desemprego (população dos 15 aos 74 anos) em maio de 2020 situou-se em 5,9% (-0,4 p.p. que no mês anterior e -0,7 p.p. relativamente a maio de 2019).

A taxa de emprego em junho de 2020 foi estimada em 59,9% (+0,1 p.p. que no mês anterior e -2,3 p.p face ao mês homólogo de 2019).



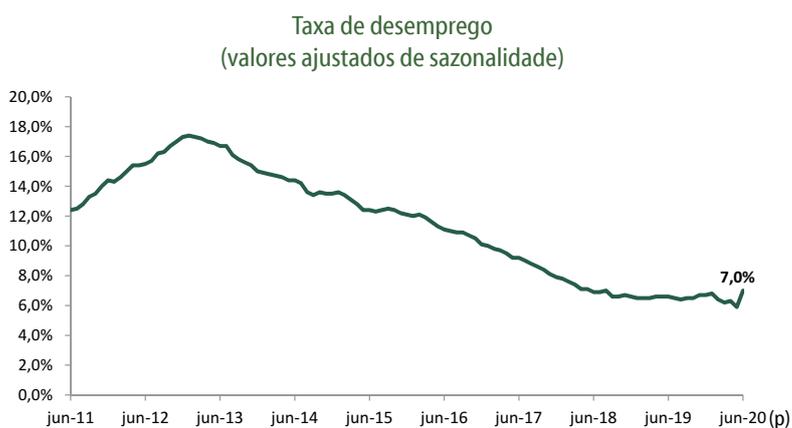
Em maio de 2020, face ao mês anterior:

- A população empregada diminuiu 2,0% (96,2 mil pessoas);
- A população desempregada (289,6 mil) caiu 9,2% (29,2 mil);
- A população ativa diminuiu 2,5% (125,4 mil) e registou o valor mais baixo desde 1998 (4 944,9 mil);
- A população inativa (2 835,5 mil) aumentou 4,6% (125,8 mil).

O decréscimo da população ativa em maio de 2020 resultou do decréscimo da população empregada (96,2 mil) e , em menor grau, do decréscimo da população desempregada (29,2 mil).

A estimativa provisória da taxa de desemprego em junho de 2020 situou-se em 7,0% (+1,1 p.p. que no mês anterior e +0,4 p.p. que em junho de 2019), sendo de:

- 25,6% para a população jovem (+4,2 p.p. que no mês anterior);
- 5,7% para a população adulta (+0,8 p.p. que no mês anterior).



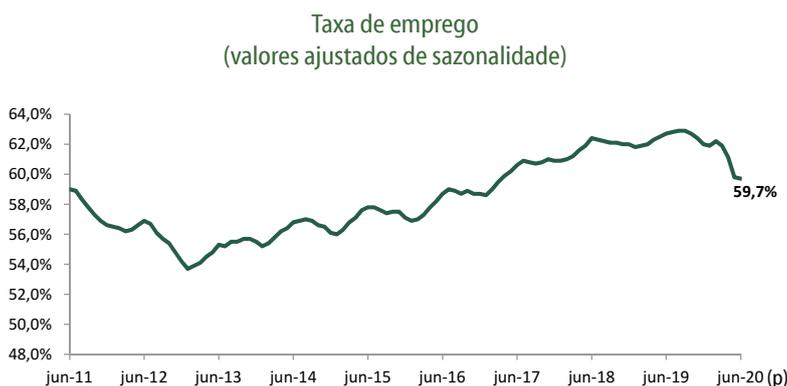
(p) Estimativa provisória



Em junho de 2020, face ao mês anterior:

- A população desempregada aumentou 21,2% (61,3 mil pessoas);
- A população empregada aumentou 0,1% (2,6 mil);
- A população ativa aumentou 1,3% (63,9 mil);
- A população inativa diminuiu 2,2% (63,7 mil), principalmente devido ao decréscimo do número de inativos disponíveis que não procuraram emprego (35,1 mil);
- A taxa de inatividade situou-se em 35,6% (-0,8 p.p que no mês anterior e -2,2 p.p. que em junho de 2019).

A estimativa da taxa de emprego em maio de 2020 situou-se em 59,7% (-1,4 p.p. que no mês anterior e -2,6 p.p. em termos homólogos).



(p) Estimativa provisória

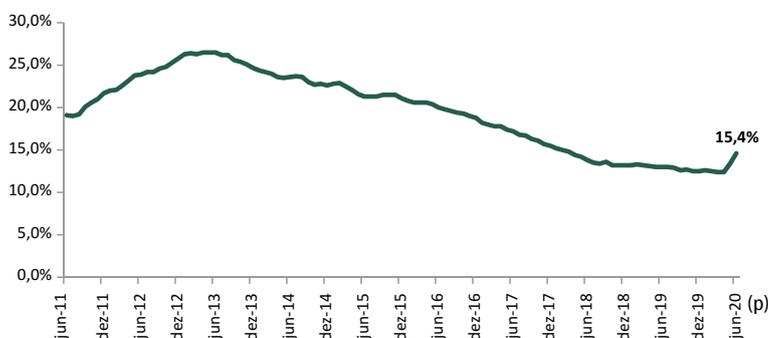
Subutilização do trabalho

A subutilização do trabalho é um indicador que agrega:

- A população desempregada;
- O subemprego de trabalhadores a tempo parcial;
- Os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis para trabalhar;
- Os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego.

Dadas as restrições associadas à pandemia, a análise da evolução deste indicador é particularmente relevante neste contexto.

Taxa de subutilização do trabalho
(valores ajustados de sazonalidade)



(p) Estimativa provisória

Em junho de 2020 (estimativa provisória):

- A subutilização do trabalho abrangeu 820,0 mil pessoas (+6,2% (7,9 mil) que no mês anterior e +17,4% (121,2 mil) em termos homólogos);
- A taxa de subutilização do trabalho foi de 15,4% (+0,8 p.p. que no mês anterior e +2,4 p.p. em termos homólogos).

Mais informação:

[Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego – junho 2020](#)
(29 de julho)

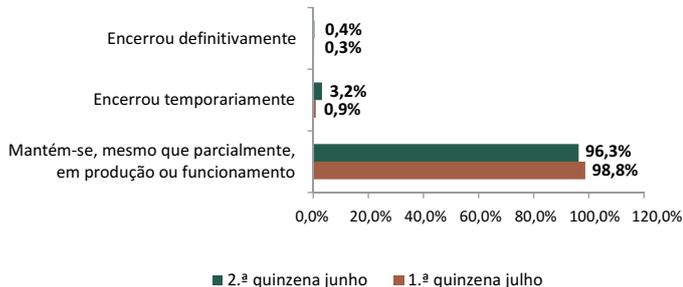
COVID-19: acompanhamento do impacto da pandemia nas empresas

O Instituto Nacional de Estatística e o Banco de Portugal lançaram o Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas (COVID-IREE), tendo como objetivo identificar os efeitos da pandemia na atividade das empresas. Inicialmente com uma frequência semanal, este inquérito passou a uma nova fase de frequência quinzenal.

O inquérito é necessariamente curto para não sobrecarregar as empresas e nesta quinzena foram colocadas questões sobre o volume de negócios, o pessoal ao serviço, o pessoal ao serviço em teletrabalho e com presença alternada nas instalações da empresa, a dificuldade no cumprimento dos requisitos de higiene e segurança necessários para a retoma da atividade, a utilização de instrumentos de apoio públicos e o recurso ao crédito.

Este inquérito não abrange empresas do sector financeiro nem as organizações da Administração Pública.

Situação das empresas, em % do total de empresas respondentes



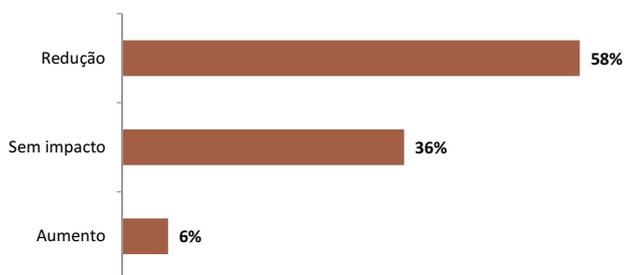
Na primeira quinzena de julho, 98,8% das empresas respondentes estavam em atividade, mesmo que parcialmente (+96,3% na quinzena anterior).

O setor “Alojamento e restauração” manteve-se como o que tem menor percentagem de empresas em funcionamento (93%), mas registou o aumento mais significativo face à quinzena anterior (+11 p.p).

Comparativamente a abril, a percentagem de empresas em funcionamento aumentou 16 p.p. O setor “Alojamento e restauração”, particularmente afetado pelo encerramento de empresas em abril, foi o que teve a melhoria mais significativa (de 41% para 93% em julho).

Impacto da pandemia no volume de negócios

Impacto da pandemia no volume de negócios na 1.ª quinzena de julho de 2020*



* Em percentagem do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas.

Face à situação que seria expectável sem pandemia, 58% das empresas continuaram a reportar um impacto negativo no volume de negócios (66% na quinzena anterior).

Sectores com maiores reduções no volume de negócios:

- “Alojamento e restauração”: 88% (+1 p.p. face à quinzena anterior);
- “Transportes e armazenagem”: 76% (-4 p.p. face à quinzena anterior).

Em contraste, o sector “Construção e atividades imobiliárias” registou a menor percentagem de empresas com redução no volume de negócios (39%, -14 p.p. face à quinzena anterior).

Comparativamente a abril, a percentagem de empresas que registaram uma redução no volume de negócios, face à situação expectável sem pandemia, diminuiu de 80% para 58% em julho (-22 p.p.).

O sector “Construção e atividades imobiliárias” destaca-se por ter sido o menos afetado pela pandemia e pela melhoria mais acentuada face a abril: a percentagem de empresas a reportar um impacto negativo no volume de negócios em abril foi de 74% e diminuiu 35 p.p. em julho, para 39%.

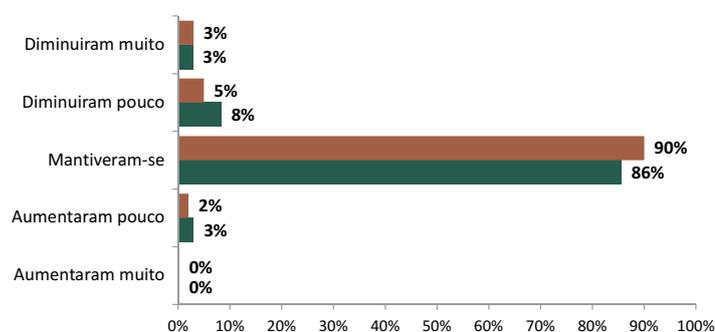
Impacto da pandemia nos preços

A maioria das empresas reportou uma manutenção dos preços praticados, comparativamente à situação expectável sem pandemia:

- 86% das empresas referiram que os preços praticados se mantiveram inalterados;
- 11% reportaram diminuições de preços;
- 3% reportaram aumentos de preços.

Recorda-se que, em abril, 90% das empresas referiam a intenção de manter preços e 8% pretendiam reduzi-los.

Impacto da pandemia nos preços praticados na 1.ª quinzena de julho 2020 face à situação expectável sem pandemia*



* Em percentagem do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas.

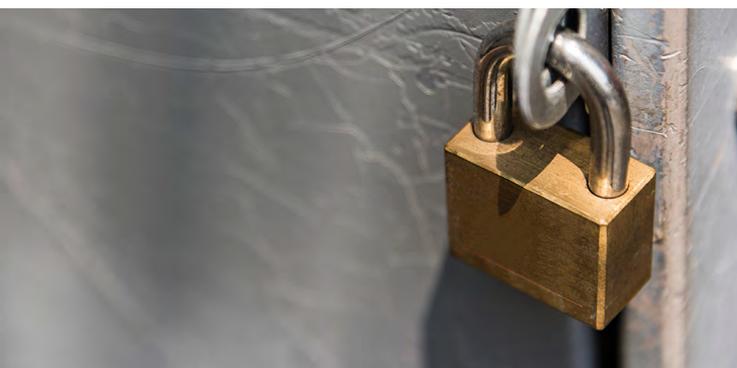
A percentagem de empresas que reportou uma redução de preços em julho, como consequência da pandemia COVID-19, aumenta ligeiramente com a dimensão da empresa, sendo referida por 16% das grandes empresas, face a 9% das micro empresas.

A proporção de empresas que referiu redução de preços de venda devido à pandemia COVID-19 foi mais significativa (22%) no sector “Alojamento e restauração”.

Recurso às medidas excecionais apresentadas pelo Governo e avaliação da sua importância para a liquidez das empresas

23% a 31% das empresas respondentes já beneficiaram das medidas de apoio governamentais, avaliando-as como muito importantes para a sua situação de liquidez.

Mais de 60% das empresas respondentes não beneficiaram das medidas de apoio apresentadas pelo Governo face à pandemia COVID-19, incluindo o *layoff* simplificado.



O recurso ao *layoff* simplificado foi assinalado por 37% das empresas e a suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas por 36% das empresas.

A percentagem de empresas que beneficiaram da moratória ao pagamento de juros e capital de créditos já existentes e do acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado foi de 30% em ambos os casos.

Recurso às medidas apresentadas pelo Governo devido à pandemia e importância para a situação de liquidez das empresas* Total das empresas respondentes



* Em percentagem do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas.



O setor “Alojamento e restauração” destaca-se pela proporção mais elevada de empresas que já recorreram às medidas de apoio governamental:

- 85% no *layoff* simplificado;
- 65% na suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas;
- 53% na moratória;
- 56% no acesso a novos créditos.

Em contraste, no setor “Construção e atividades imobiliárias” a proporção de empresas que beneficiaram das medidas é relativamente reduzida, em particular no caso do *layoff* simplificado.

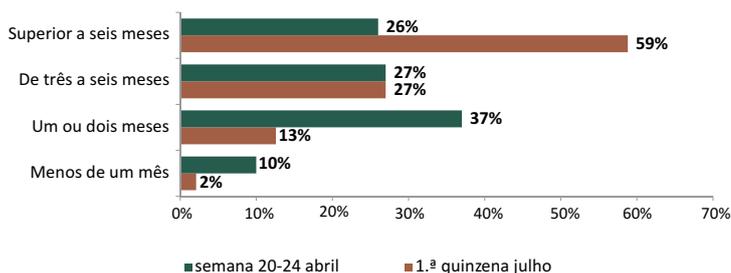
Tempo previsto de permanência em atividade sem medidas adicionais de apoio à liquidez

59% das empresas preveem conseguir manter-se em atividade por um período superior a seis meses sem medidas adicionais de apoio à liquidez, um aumento de 33 p.p. face ao referido na semana de 20 a 24 de abril.

A percentagem de empresas que referiram conseguir manter-se em atividade até 2 meses sem medidas adicionais de apoio à liquidez situa-se em 15% na primeira quinzena de julho. Em abril, esta percentagem ascendia a 47%.

73% das grandes empresas e 51% das micro empresas preveem manter-se em atividade por mais de 6 meses sem medidas adicionais de apoio à liquidez.

Tempo previsto de permanência em atividade sem medidas adicionais de apoio à liquidez, na 1.ª quinzena de julho de 2020* Total das empresas respondentes



* Em percentagem do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas.

Cerca de 20% das empresas de micro e pequena dimensão reportaram não conseguir manter-se em atividade por mais de 2 meses, o que compara com uma parcela igual ou inferior a 11% no caso das médias e grandes empresas.

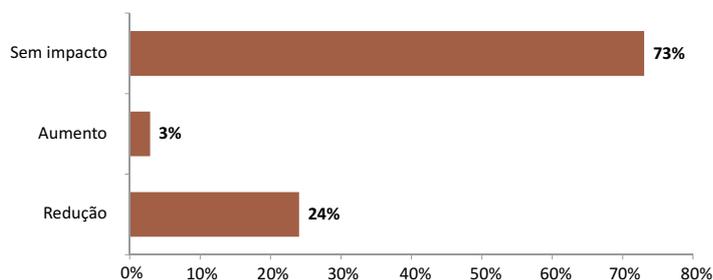
Por setor, “Alojamento e restauração” e “Transportes e armazenagem” destacam-se pela percentagem mais expressiva de empresas que não conseguem manter-se em atividade por mais de 2 meses (30% e 20%, respetivamente).

Impacto da pandemia no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar

Para a maioria das empresas, não se observou impacto da pandemia no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar na primeira quinzena de julho (73% das empresas, +14 p.p. que na quinzena anterior). Estas empresas correspondem a 48% do total do pessoal ao serviço das empresas respondentes.

24% das empresas referiram uma redução no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar na primeira quinzena de julho, face à situação expectável sem pandemia (-12 p.p. que na quinzena anterior). Estas empresas representam 49% do pessoal ao serviço das empresas respondentes. A redução do pessoal foi superior a 50% para 5% das empresas.

Impacto da pandemia no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar na 1.ª quinzena de julho de 2020 face à situação expectável sem pandemia*
Total das empresas respondentes



*Em percentagem do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas.



Por setor, as empresas de “Alojamento e restauração” continuaram a sobressair, com 58% a referirem uma redução do pessoal ao serviço (-6 p.p. que na quinzena anterior), sendo essa redução superior a 75% em 11% das empresas deste setor (-13 p.p. que na quinzena anterior).

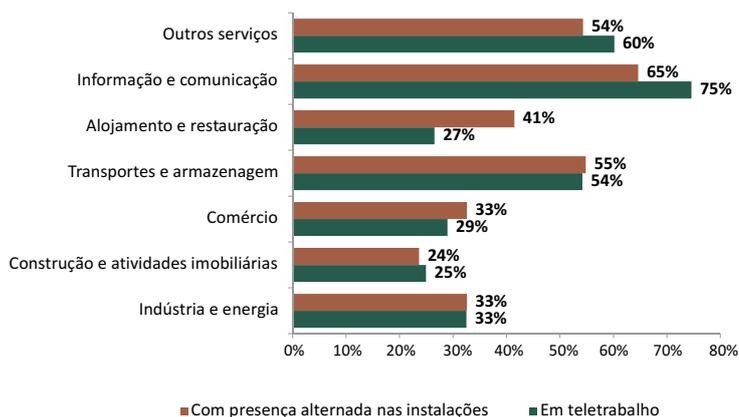
Comparativamente a abril, a percentagem de empresas com redução do pessoal ao serviço diminuiu 35 p.p. (de 59% em abril para 24% em julho). No setor “Comércio”, esta melhoria foi mais evidente, passando esta percentagem de 59% em abril para 18% em julho (-41 p.p.).

Teletrabalho e presença alternada nas instalações da empresa

37% das empresas respondentes tinham pessoas em teletrabalho na primeira quinzena de julho (-10 p.p. que na quinzena anterior), das quais 7% tinham mais de 75% do pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar nesse regime.

A proporção de empresas que reportaram pessoas em teletrabalho aumenta com a dimensão da empresa, sendo 17% nas micro empresas e atingindo 74% nas grandes.

Pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar em teletrabalho e com presença alternada nas instalações da empresa na 1.ª quinzena de julho de 2020*



*Em percentagem do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas.



Relativamente às empresas que referiram pessoas em teletrabalho, por sector:

- “Informação e comunicação” registou a percentagem mais elevada: 75%;
- “Construção e atividades imobiliárias” apresentou a proporção mais reduzida: 25%.

A percentagem de empresas com pessoas em teletrabalho diminuiu 21 p.p. entre abril e julho de 2020 (passando de 58% em abril para 37% em julho). Em particular, a percentagem de empresas que tinham mais de 75% do pessoal ao serviço em regime de teletrabalho decresceu de 16% em abril para 7% em julho (-9 p.p.).

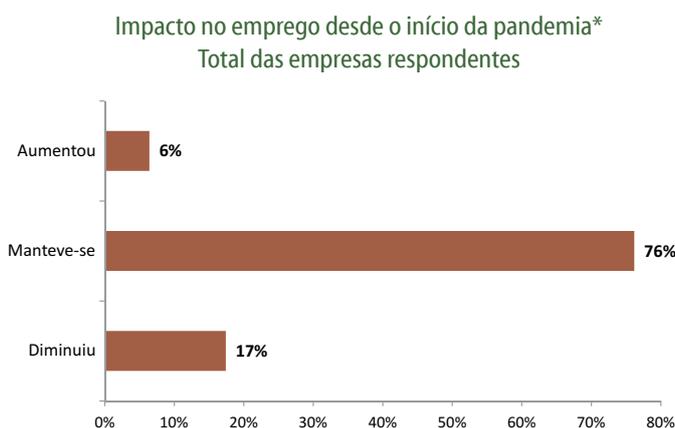
38% das empresas tinham trabalhadores em presença alternada nas instalações (-6 p.p. que na quinzena anterior).

O recurso à presença alternada nas instalações da empresa cresce com a dimensão da empresa, sendo referido por 21% das micro empresas e por 68% das grandes empresas. O setor “Informação e comunicação” destaca-se no recurso a esta prática, citada por 65% das empresas.

Impacto no total de pessoas empregadas (estando ou não efetivamente a trabalhar)

O impacto no total de pessoas empregadas desde o início da pandemia foi reportado pelas empresas da seguinte forma:

- 76% das empresas referiram que a pandemia não teve qualquer impacto no total de pessoas empregadas;
- 17% das empresas referiram ter reduzido o número de postos de trabalhos desde o início da pandemia (decretado a 11 de março). A maioria das reduções reportadas abrangeu menos de 10% do pessoal;
- Uma percentagem menor (6%) aumentou o emprego durante o período da pandemia. Estes aumentos foram, na sua maior parte, de magnitude inferior a 5%;
- Por setor, a redução do total de pessoas empregadas devido à pandemia foi mais referida no “Alojamento e restauração” e nos “Transportes e armazenagem” (39% e 28% das empresas, respetivamente).



*Em percentagem do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas.



Estimativa do impacto no emprego desde o início da pandemia, na ausência do recurso à medida de *layoff* simplificado

As empresas que beneficiaram do *layoff* simplificado reportaram um menor impacto negativo sobre o emprego face ao que se teria observado sem recurso a esta medida:

- 77% teriam reduzido o emprego caso não tivessem tido acesso a esta medida;
- 30% reduziram o emprego; essas reduções foram superiores a 10% da força de trabalho para 11% das empresas.

Das empresas que recorreram ao *layoff* simplificado:

- 67% reportaram uma manutenção do emprego desde o início da pandemia;
- 3% assinalaram aumentos.

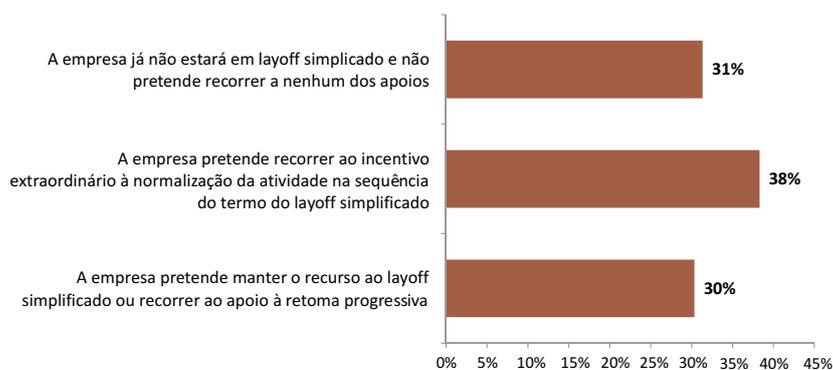
A diferença entre a percentagem de empresas que teria reduzido o emprego na ausência de recurso ao *layoff* simplificado e a percentagem de empresas que efetivamente reduziu o emprego (tendo beneficiado desta medida) é maior nas empresas de menor dimensão.

Opções a seguir pelas empresas em agosto, tendo em consideração as alterações anunciadas à medida do *layoff* simplificado

38% das empresas pretendem recorrer, em agosto, ao incentivo extraordinário à normalização da atividade, na sequência do termo do *layoff* simplificado:

- 30% das empresas deverão optar por manter o recurso ao *layoff* simplificado ou recorrer ao apoio à retoma progressiva;
- 47% das grandes empresas privilegiam o recurso ao incentivo extraordinário à normalização da atividade (face a 35% nas micro empresas).
- 31% das micro empresas preferem manter o recurso ao *layoff* simplificado ou recorrer ao apoio à retoma progressiva, o que só está a ser perspetivado por 18% das grandes empresas;
- Por setor, quase metade das empresas de “Alojamento e restauração”, “Informação e comunicação” e “Transportes e armazenagem” pretende optar por manter o recurso ao *layoff* simplificado em agosto de 2020.

Opção a seguir em agosto pelas empresas, tendo em consideração as alterações anunciadas à medida do *layoff* simplificado*
Total das empresas respondentes



* Em percentagem do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas que recorreram ao *layoff*



Expectativa de evolução dos postos de trabalho nas empresas até ao final de 2020

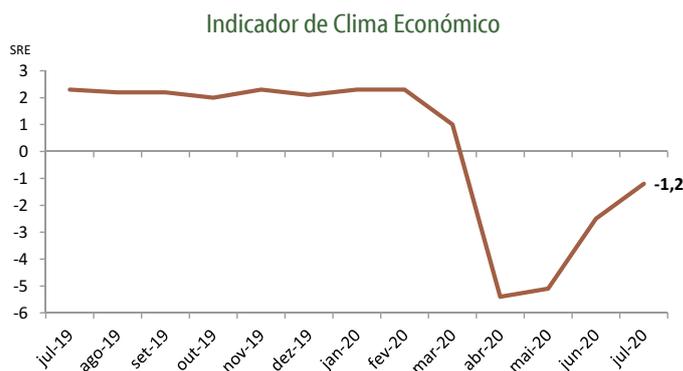
- 83% das empresas respondentes planeiam manter os postos de trabalho até ao final do ano de 2020, enquanto 9% planeiam aumentar e 8% diminuir.
- São as grandes empresas as que mais planeiam alterar o número de postos de trabalho, quer aumentando-os (14%, face a 4% nas micro empresas) quer reduzindo-os (11%, face a 6% nas micro empresas).
- As empresas dos setores “Outros serviços” e “Informação e comunicação” são as que mais planeiam aumentar os postos de trabalho (14% em ambos os casos) e as de “Alojamento e restauração” as que mais planeiam diminuir os postos de trabalho (23%) até ao final do ano 2020.

Mais informação:
[Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas - COVID-19](#)
– 1.ª quinzena de julho 2020
(29 de julho)

Indicador de confiança dos Consumidores diminui e indicador de clima económico continua a recuperar em julho

O indicador de confiança dos Consumidores diminuiu em julho, após ter recuperado parcialmente nos dois meses anteriores da maior redução face ao mês anterior registada em abril.

O indicador de clima económico aumentou entre maio e julho, depois de ter atingido em abril o valor mínimo da série.



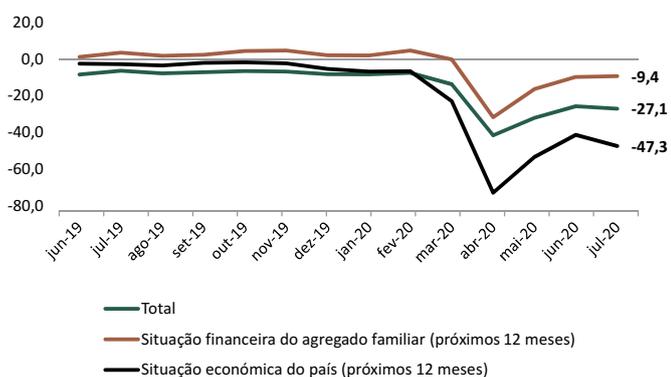
Os indicadores de confiança recuperaram em todos os setores, no mês de julho:

- O Indicador de Confiança da Indústria Transformadora prolongou o maior aumento da série verificado no mês anterior, depois de ter registado o mínimo da série em maio, na sequência da queda abrupta registada em abril. Este registo teve o contributo positivo de todas as componentes do índice: apreciações relativas à evolução da procura global, perspectivas de produção da empresa e opiniões sobre os stocks de produtos acabados;
- O Indicador de Confiança da Construção e Obras Públicas recuperou parcialmente entre maio e julho, depois de registar em abril a diminuição mais acentuada da série, tendo atingido o mínimo desde novembro de 2015. A recuperação nos últimos dois meses refletiu o significativo contributo positivo quer das apreciações sobre a carteira de encomendas, quer das perspectivas de emprego;
- O Indicador de Confiança do Comércio aumentou entre maio e julho, após a diminuição expressiva registada em abril, quando atingiu o mínimo da série. Esta evolução refletiu os contributos positivos das opiniões sobre o volume de vendas e das perspectivas de atividade da empresa nos próximos três meses (sendo mais expressivo o primeiro), que recuperaram totalmente do mínimo histórico da série observado em abril; o contributo das apreciações relativas ao volume de *stocks* foi nulo;
- O Indicador de Confiança dos Serviços também aumentou em junho e julho, após ter diminuído entre fevereiro e maio, quando atingiu o mínimo histórico da série. O aumento registado em julho resultou do contributo positivo de todas as componentes, perspectivas sobre a evolução da procura, opiniões sobre a atividade da empresa e apreciações sobre a evolução da carteira de encomendas.

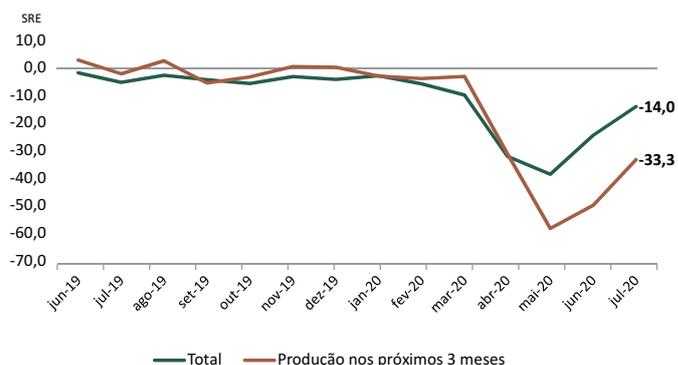


Indicadores de confiança (SRE*) (valores das séries de base mensais, corrigidos de sazonalidade)

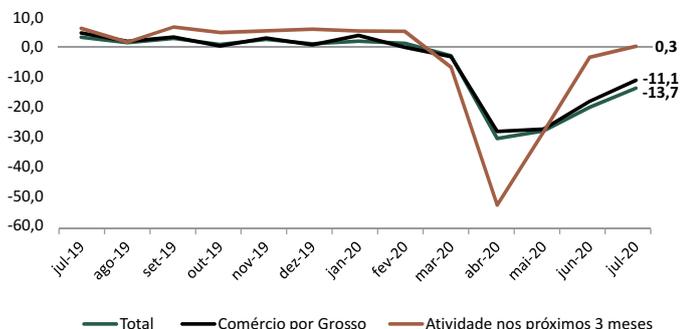
Indicador de Confiança dos Consumidores



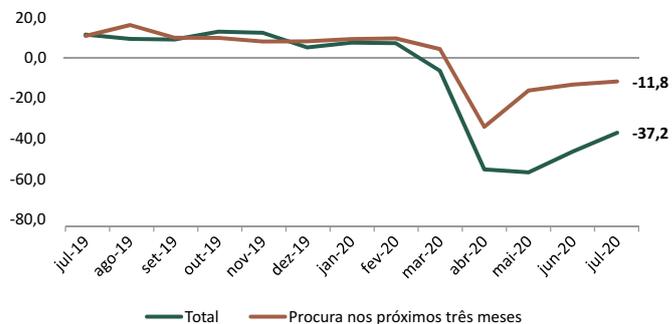
Indicador de Confiança da Indústria Transformadora



Indicador de Confiança do Comércio



Indicador de Confiança dos Serviços



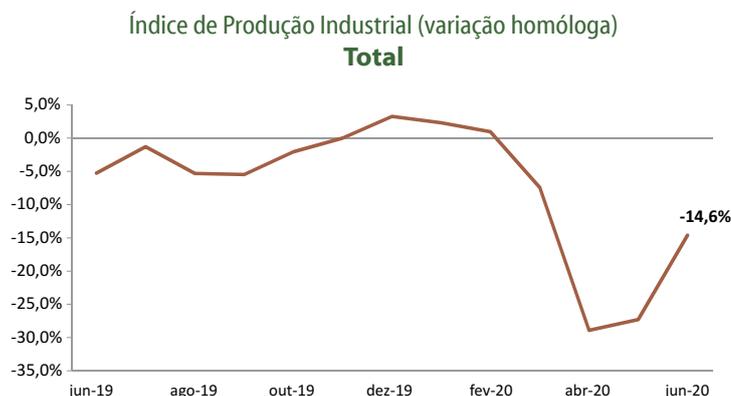
(* SRE – Saldo de respostas extremas)

No mês de julho, as entrevistas telefónicas do inquérito aos consumidores decorreram do dia 1 ao dia 17 e as dos inquéritos às empresas decorreram de 1 a 24, coincidindo com a entrada em vigor da situação de alerta e o fim do estado de calamidade para a generalidade do país.

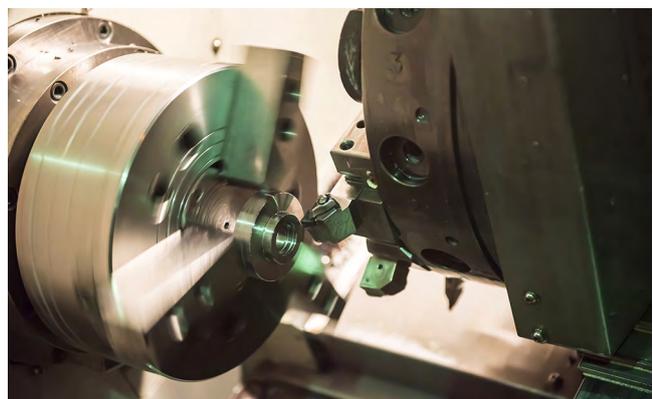
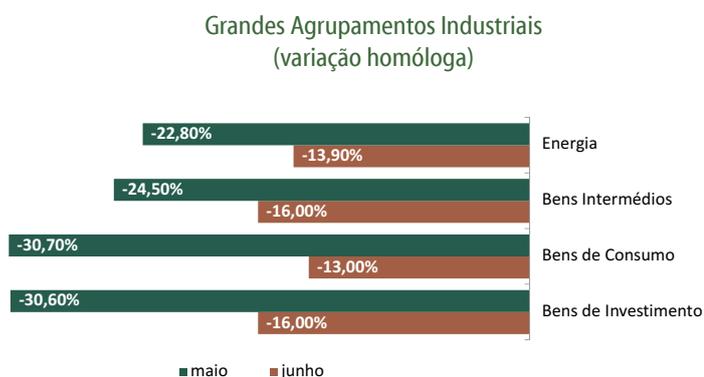
Mais informação:
[Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – julho 2020](#)
 (30 de julho)

Índice de Produção Industrial registou em junho uma variação homóloga de -14,6%

O Índice de Produção Industrial (IPI) registou em junho uma variação homóloga de -14,6% (-27,3% no mês anterior).

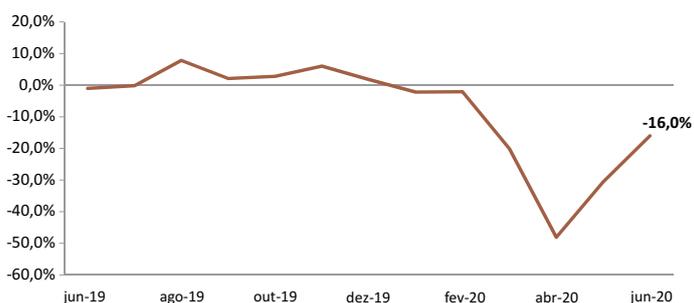


Todos os Grandes Agrupamentos Industriais apresentaram em junho taxas de variação homóloga negativas (embora menos expressivas que no mês anterior).

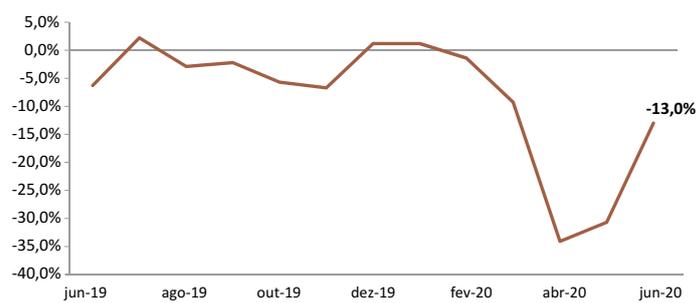


No que respeita aos “Bens de Consumo”, os “Bens duradouros” registaram uma variação homóloga menos negativa que a apurada para os “Bens não duradouros”: -6,9% e -13,8%, respetivamente (-38,3% e -29,7% em maio, pela mesma ordem).

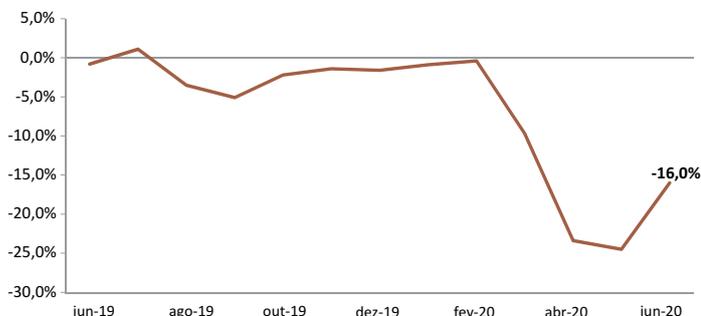
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens de Investimento



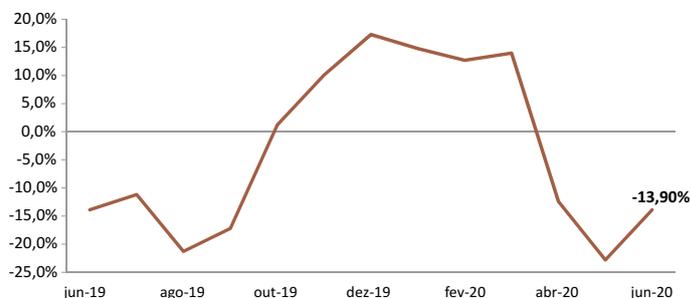
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens de Consumo



Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens Intermédios



Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Energia



Na comparação com o mês anterior, o IPI teve em junho de 2020 uma variação de +11,2% (+2,7% em maio).

Mais informação:

[Índice de Produção Industrial – junho de 2020](#)
(30 de julho)

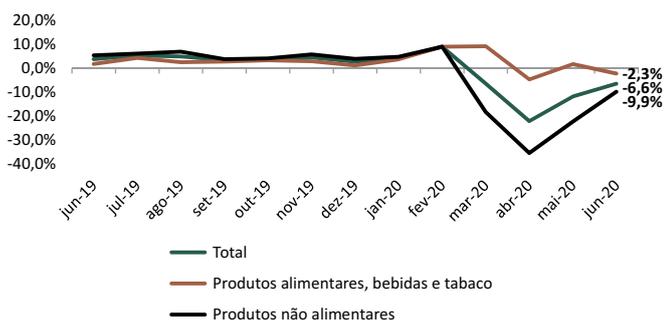
Vendas no Comércio a Retalho diminuíram 6,6%

O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou em junho uma variação homóloga negativa de 6,6% (-11,9% no mês anterior).

Os dois grandes agrupamentos que compõem este índice tiveram evoluções no mesmo sentido:

- Os “Produtos Não Alimentares” registaram uma redução de 9,9% (-22,4% em maio);
- Os “Produtos Alimentares” diminuíram 2,3% (-1,6% em maio).

Volume de Negócios no Comércio a Retalho (deflacionado),
variação homóloga (%)

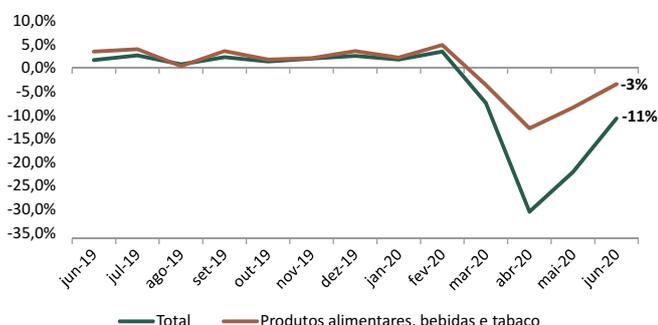


Em junho, os índices de Emprego e de Remunerações diminuíram, ambos, 3,2% em termos homólogos (variações de -3,5% e -4,0% em maio, pela mesma ordem).

O Índice de Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho teve em junho uma variação homóloga de -10,7% (-22,1% em maio).

A taxa de variação mensal do Índice de Horas Trabalhadas em junho situou-se em 13,5% (-0,9% no mesmo mês do ano anterior).

Horas Trabalhadas (dados ajustados de efeitos de calendário),
variação homóloga (%)



Mais informação:

[Índice de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – junho 2020](#)
(31 de julho)



Produto Interno Bruto em volume registou uma variação de -16,5% em termos homólogos e de -14,1% em cadeia

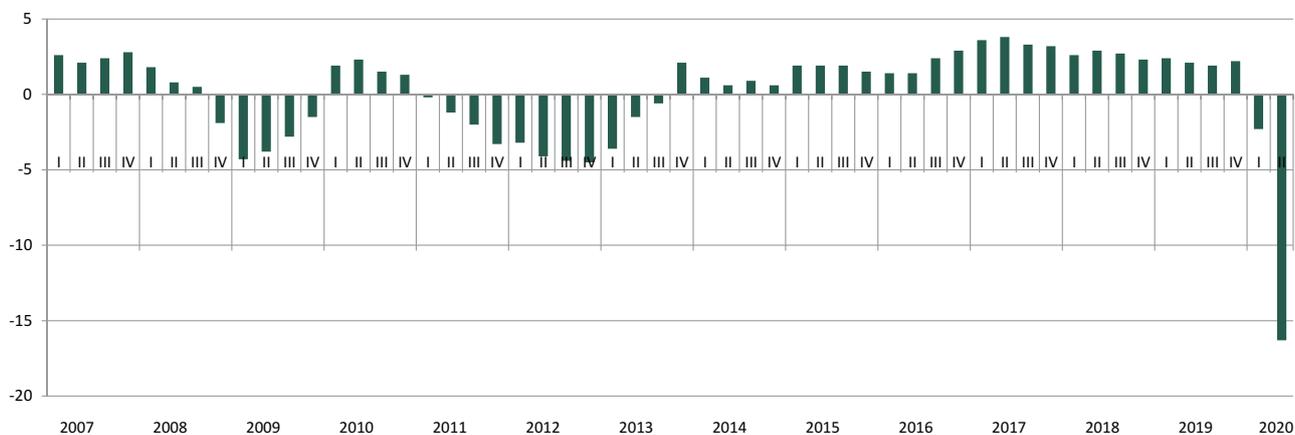
Refletindo o impacto económico da pandemia, o Produto Interno Bruto (PIB) terá registado uma forte contração em termos reais no 2.º trimestre de 2020, com uma variação homóloga de -16,5% (-2,3% no trimestre anterior).

Este resultado é explicado em larga medida pelo contributo da procura interna, consideravelmente mais negativo que o observado no trimestre anterior, em reflexo da expressiva contração do consumo privado e do investimento.

O contributo negativo da procura externa líquida também se acentuou no 2.º trimestre, traduzindo a diminuição das Exportações de Bens e Serviços, mais significativa que a observada nas Importações de Bens e Serviços, em grande medida devido à quase interrupção do turismo de não residentes.

Comparativamente ao 1.º trimestre de 2020, o PIB registou uma variação homóloga de -14,1% em termos reais (-3,8% no trimestre anterior). Este resultado é igualmente explicado, em larga medida, pelo contributo negativo da procura interna para a variação em cadeia do PIB, verificando-se também um maior contributo negativo da procura externa líquida.

Produto Interno Bruto em volume (ano de referência=2016)
Dados ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário
(variação homóloga, %)



Nota: Face ao contexto atual, e em linha com outros estados membros da União Europeia, o INE antecipou a divulgação de resultados das Contas Nacionais Trimestrais para o 2.º trimestre de 2020, com uma estimativa rápida a 30 dias para as taxas de variação do PIB trimestral em volume. Naturalmente, esta divulgação mais precoce de resultados comporta uma maior probabilidade de revisões mais significativas que as que ocorrem com estimativas a 45 dias.

Mais informação:

[Contas Nacionais Trimestrais – 2.º trimestre 2020, estimativa rápida a 30 dias](#)
(31 de julho)

Empresas perspetivam uma diminuição nominal de 13,0% nas exportações de bens em 2020



As empresas exportadoras de bens perspetivavam em junho um decréscimo nominal de 13,0% nas suas exportações em 2020 (-15,1 pontos percentuais (p.p.) que na 1.ª previsão, em novembro de 2019), em resultado da atualização das suas expetativas para:

- Exportações Intra-UE: -12,3% (-14,7 p.p. que na 1.ª previsão);
- Exportações Extra-UE: -15,0% (-16,1 p.p. que na 1.ª previsão).

Excluindo “Combustíveis e lubrificantes”, as perspetivas reveladas pelas empresas indicam um decréscimo de 11,8% em 2020 (-13,5 p.p. face à 1.ª previsão), nestes termos:

- Exportações Intra-EU: -11,6% (-13,8 p.p. que na 1.ª previsão);
- Exportações Extra-UE: -12,4% (-12,3 p.p. que na 1.ª previsão).

Esta revisão em baixa da atividade exportadora incide sobretudo nas exportações de “Material de transporte e acessórios”, tanto para países Extra-UE como para países Intra-UE (-27,3% e -18,9%, respetivamente).

	EXTRA-UE	INTRA-UE	INTERNACIONAL
TOTAL	-15,0%	-12,3%	-13,0%
TOTAL sem Combustíveis e lubrificantes	-12,4%	-11,6%	-11,8%
Dos quais:			
Produtos alimentares e bebidas	-7,3%	-4,9%	-5,7%
Fornecimentos industriais não especificados noutra categoria	-10,3%	-11,9%	-11,5%
Máquinas, outros bens de capital e seus acessórios	-5,9%	-3,1%	-3,8%
Material de transporte e acessórios	-27,3%	-18,9%	-20,3%
Bens de consumo não especificados noutra categoria	-13,2%	-11,4%	-11,7%

Das empresas que apresentaram revisões face à 1.ª previsão (56,7% das empresas respondentes):

- 53,0% referiram que essa revisão se deveu exclusivamente ao efeito da pandemia COVID-19;
- 29% indicaram que a revisão se deveu parcialmente ao efeito da pandemia (“muito” para 2/3 das empresas e “pouco” para 1/3 das empresas);
- 18% responderam que a revisão não se deveu à pandemia.

Realça-se ainda que:

- A maioria (54,5%) das empresas do sector “Construção” indicaram que a revisão realizada não se deveu à pandemia e apenas 22,7% referiram que se deveu na totalidade à pandemia;
- As empresas do sector “Indústrias transformadoras” foram as que mais indicaram que a revisão se deveu na totalidade à pandemia (50,9%).

14,2% das empresas respondentes alteraram ou pretendem alterar a sua estratégia de produção e de exportação, em resultado da pandemia, nomeadamente diversificando os mercados de destino (31,7%), recentrando as exportações nos mercados da UE (13,8%) e diversificando fornecedores (11,0%).

Cerca de 38% das empresas não sabem ainda se irão alterar a sua estratégia de produção e de exportação em resultado da pandemia e 47,4% indicam que não o pretendem fazer.

As empresas apontaram como principais motivos para a revisão em baixa um pior comportamento que o esperado na generalidade dos mercados de destino já clientes (41,4%) e em mercados específicos (14,1%).

Mais informação:

[Perspetivas de Exportação de Bens – 2020, 2.ª previsão](#)
(31 de julho)

Taxa de variação homóloga do IPC em julho estimada em 0,2% estimativa rápida

A taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) em julho terá sido de +0,2% (+0,1% em junho).

Em termos homólogos, os preços no consumidor terão aumentado em todos os agrupamentos, exceto no dos “Produtos energéticos,” que registou uma variação de -5,3% (-7,4% em junho).

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) terá registado uma variação de +0,1% (+0,2% em junho).

No que respeita à variação mensal, o IPC terá tido em julho uma redução de 1,3% (+0,9% em junho; -1,3% em julho de 2019). A variação mensal foi negativa em todos os agrupamentos, exceto no dos “Produtos energéticos”: +1,6% (+2,0% em junho).

	Variação Mensal (%) ¹		Variação Homóloga (%) ¹	
	jun-20	jul-20*	jun-20	jul-20*
IPC				
Total	0,89	-1,26	0,13	0,17
Total exceto habitação	0,93	-1,33	0,03	0,08
Total exc. prod. alim. não transf. e energ.	0,83	-1,62	0,20	0,11
Produtos alimentares não transformados	0,57	-0,54	5,22	4,79
Produtos energéticos	2,02	1,64	-7,43	-5,29
IHPC				
Total	1,2	-2,0	0,2	0,0

*Valores estimados

¹Valores arredondados a duas e uma casa decimal.

Relativamente ao Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), indicador de inflação mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia, e em particular na Área Euro, Portugal terá registado em junho uma variação homóloga nula (+0,2% em junho).



Mais informação:
[Estimativa Rápida do IPC/IHPC – julho 2020](#)
(31 de julho)

Empresas pretendem recrutar mais de 345 mil trabalhadores nos próximos dois anos

Nos próximos dois anos (2021-2022), as empresas portuguesas pretendem recrutar 345 584 trabalhadores, o que corresponderá a um acréscimo bruto de 10,8% do seu pessoal ao serviço.*

Dos trabalhadores a recrutar:

- 49,9% deverão ter curso de ensino não superior (profissional);
- 32,2% deverão ter curso de ensino superior;
- para 17,9% não é apontado um nível de qualificação específico.

Essas intenções de recrutamento correspondem a aumentos brutos de 17,8% de trabalhadores com curso de ensino superior e de 9,1% dos trabalhadores sem qualificações de nível superior (as empresas não indicam no inquérito as suas previsões de saída de pessoas ao serviço).

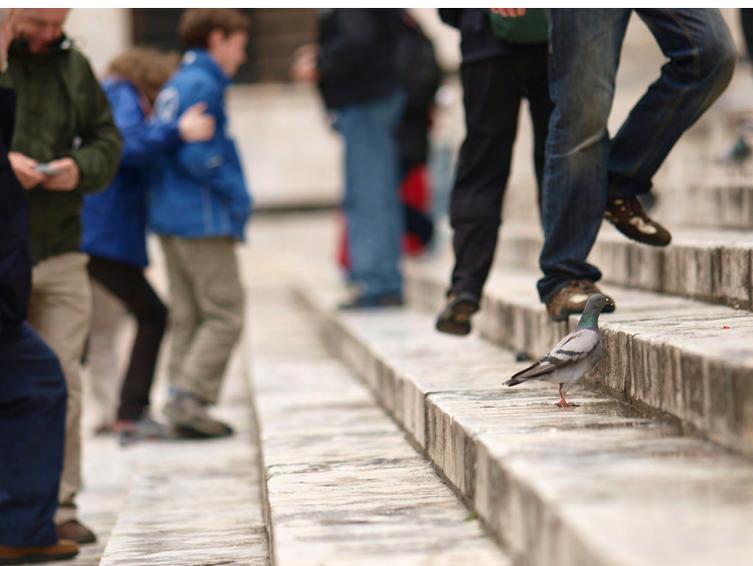
Não obstante o contexto da pandemia, as qualificações de nível não superior mais indicadas pelas empresas nas suas necessidades de recrutamento foram:

- Empregado/a de restaurante/bar (9.º ano + certificação profissional): 9,0% do total de trabalhadores a recrutar com qualificação não superior;
- Técnico/a de comércio (12.º ano + certificação profissional): 6,4% do total com qualificação não superior;
- Técnico/a de restaurante/bar (12.º ano + certificação profissional): 5,9% do total com qualificação não superior.

Os cursos de ensino superior mais pretendidos foram:

- Engenharia informática, de computadores, telecomunicações e sistemas de informação: 11,5% do total de trabalhadores a recrutar com qualificação superior;
- Engenharia de *software* e sistemas de informação: 6,7% do total com qualificação superior;
- Gestão comercial e vendas: 6,3% do total com qualificação superior.

A Área Metropolitana de Lisboa e a região Norte são aquelas para quais as empresas mais pretendem recrutar trabalhadores nos próximos 2 anos: 39,5% e 32,0% do total de trabalhadores a recrutar, respetivamente.



* Os resultados apresentados decorrem do Inquérito à Identificação das Necessidades de Qualificações nas Empresas (IINQE), realizado pela primeira vez no âmbito do Sistema Estatístico Nacional. O inquérito foi aplicado (por via eletrónica) de 13 de março passado até ao final de junho, o que, face ao contexto decorrente da pandemia, poderá ter condicionado as intenções de recrutamento reveladas pelas empresas. A taxa de resposta ao inquérito foi de 73,2%. A publicação dos resultados do IINQE enquadra-se no espaço do [Portal STATSLab – Estatísticas em desenvolvimento](#), do INE.

Trabalhadores que as empresas preveem recrutar nos próximos 2 anos,
por localização dos postos de trabalho, 2020 (%)

Localização geográfica	Trabalhadores %
A. M. Lisboa	39,5%
Norte	32,0%
Centro	13,0%
Algarve	8,8%
Alentejo	4,4%
R. A. Açores	1,4%
R. A. Madeira	1,0%

No que se refere à dimensão, são as grandes empresas que mais preveem contratar: cerca de 46% do total de trabalhadores a recrutar nos próximos dois anos.

As empresas de grande dimensão que pretendem recrutar são sobretudo dos setores de atividade económica:

- “Outras atividades de serviços”: 29,8% do total de trabalhadores a recrutar pelas grandes empresas;
- “Comércio e reparação de veículos”: 23,2% do mesmo total;
- “Alojamento e restauração”: 12,8% do mesmo total.

Os motivos mais referidos pelas empresas para o recrutamento de trabalhadores nos próximos 2 anos foram:

- Expansão da atividade: 60,4%;
- Substituição de mão-de-obra: 24,9%.

A Expansão da atividade é referida sobretudo por micro empresas como razão para novos recrutamentos (62,4% das microempresas) e a Substituição de mão-de-obra é mais indicada pelas grandes empresas (43,4% das grandes empresas).

Mais informação:
[Inquérito à Identificação das Necessidades de Qualificações nas Empresas – 2020](#)
(31 de julho)

Destaques do INE a divulgar na semana de 3 a 7 de agosto:

Destaques	Período de referência	Data de divulgação
Atividade Turística - Estimativa rápida	Junho 2020	03 de agosto de 2020
Estatísticas do Emprego	2.º Trimestre de 2020	05 de agosto de 2020
Estatísticas do Emprego - Remuneração bruta mensal média por trabalhador		06 de agosto de 2020
Estatísticas do Comércio Internacional	Junho de 2020	07 de agosto de 2020
Índice de Produção, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Construção e Obras Públicas	Junho de 2020	07 de agosto de 2020
Índice de Custos de Construção de Habitação Nova	Junho de 2020	07 de agosto de 2020